

Sergipe no Século XXI: Expansão, Crise e Reposicionamento da Estratégia de Desenvolvimento Econômico

Ricardo Oliveira Lacerda de Melo

Doutor em Política Econômica, Universidade Estadual de Campinas (2000)
rlacerda.economia@gmail.com

Resumo

O objetivo do artigo é examinar as principais transformações estruturais e o desempenho da economia sergipana ao longo das duas primeiras décadas do século XXI, buscando captar os impactos sobre a economia estadual do ciclo expansivo da economia brasileira, que perdurou, grosso modo, entre 2004 e 2014, e os efeitos do período recessivo que o sucedeu, a partir de 2015. O artigo examina setorialmente as principais transformações da economia estadual no período.

A dinâmica de crescimento da economia sergipana está associada, à semelhança da maioria dos estados da federação, mas com algumas especificidades, ao movimento geral da economia brasileira, acompanhando em linhas gerais os períodos de prosperidade e de recessão. Um segundo conjunto de determinantes relaciona-se à exploração de suas riquezas minerais, especificamente petróleo, fertilizantes e calcário.

Um terceiro conjunto de determinantes está associado ao desempenho do setor agrícola, em grande parte derivado da combinação de preços favoráveis, disponibilidade de crédito e regime de chuvas. A esse respeito, é importante destacar que o semiárido sergipano vem enfrentando um longo período de estiagem, à semelhança do que vem ocorrendo em quase toda extensão do polígono da seca, cujo início remete ao ano de 2011, mesmo que de forma intermitente. O comportamento pluviométrico é ainda fundamental na atividade de geração de energia hidroelétrica, que responde por parcela significativa do PIB estadual.

Durante a etapa ascendente do ciclo econômico brasileiro, a economia de Sergipe acelerou o crescimento e diversificou sua estrutura produtiva. Quando o ciclo de expansão da economia nacional se exauriu, a economia sergipana entrou em queda livre, entre 2015 e 2016, e manteve-se estagnada nos anos de 2017 e 2018. Por conta das especificidades de sua estrutura produtiva, a economia de Sergipe foi mais impactada do que a média nacional: a construção civil e a produção de cimento despencaram e a Petrobras desmobilizou ativos e reduziu intensamente a produção de petróleo e gás e de fertilizantes. Com os ventos adversos, a recessão não tardou em contaminar o mercado de trabalho e as finanças públicas.

Em termos de perspectivas, o principal projeto estruturador da economia estadual é a implantação do seu Complexo Industrial-Portuário, tendo como indústrias-chave a Usina Termoelétrica Porto de Sergipe e a Unidade de Regaseificação de Gás Natural. Também se afigura muito promissora a exploração de petróleo e gás natural em águas profundas, apontada como a mais importante fronteira de exploração de produção petrolífera no país, depois do pré-sal. Diferentemente de ciclos anteriores de crescimento, as perspectivas de retomada dependerão menos do sistema Petrobras e mais de investimentos de empresas transnacionais da cadeia de petróleo e gás.

Palavras-chave

Sergipe. Século XXI. Crise econômica. Petróleo e gás. Perspectivas

1 Introdução

A dinâmica de crescimento da economia sergipana está associada, à semelhança da maioria dos Estados da federação, mas com algumas especificidades, ao movimento geral da economia brasileira, acompanhando em linhas gerais os períodos de prosperidade e de recessão (GUIMARÃES NETO, 1989; GUIMARÃES NETO, 1993; ARAÚJO, T., 1995). Nesse sentido, o desenvolvimento da economia sergipana tem como seu principal determinante o ritmo e a natureza da expansão da economia brasileira e a incidência regional das políticas nacionais, sejam elas de cortes setorial, social ou de infraestrutura.

Um segundo conjunto de determinantes do crescimento da economia estadual relaciona-se à exploração de suas riquezas minerais. O crescimento da economia sergipana depende, em grande parte, do comportamento das suas atividades de extração mineral, particularmente da produção de petróleo e gás natural, ainda realizada quase exclusivamente pela Petrobras, apesar de importantes novos campos de exploração, que ainda não se encontram em estágio operacional, contarem com investimentos de empresas internacionais. A presença da atividade petrolífera é tão marcante que o sergipano médio tem plena consciência da importância da Petrobras na economia estadual.

Quando, nos anos noventa, a cotação mundial do barril de petróleo despencou, em um contexto de maior abertura e integração externa da economia brasileira, os investimentos na exploração e produção de petróleo sofreram forte retração em Sergipe, com impactos muito significativos sobre o emprego, a renda e as finanças públicas (MELO, 2012b).

A economia sergipana que nas décadas de 1970 e 1980 havia acelerado seu crescimento e passado por radical transformação na sua estrutura produtiva, com a implantação de grandes plantas produtivas de propriedade estatal para exploração de petróleo e para produção de fertilizantes nitrogenados e de potássio, desacelerou o crescimento nos anos noventa e inverteu ao longo daquela década a marca de crescer sistematicamente acima das médias do crescimento regional e do País. Assim, um importante determinante do crescimento da economia sergipana, desde os anos setenta do século passado, tem sido os desempenhos dos setores de petróleo e gás, e, em menor grau, da atividade de produção de fertilizantes. Enquanto a primeira atividade tem exploração direta da Petrobras, a produção de fertilizantes é liderada por ela na produção de nitrogenados (observando-se que a planta da Fábrica de Fertilizantes Nitrogenados entrou em estágio de hibernação no início de 2019) e, até recentemente, pela Vale, no caso da extração de potássio; atualmente a empresa norte-americana Mosaic explora a mina de cloreto de potássio.

Um terceiro conjunto de determinantes está associado ao desempenho do setor agrícola, em grande parte derivado da combinação preços favoráveis, disponibilidade de crédito e regime de chuvas. A esse respeito, é importante destacar que o Semiárido sergipano vem enfrentando um longo período de estiagem, à semelhança do que vem ocorrendo em quase toda extensão do polígono da seca, cujo início remete ao ano de 2011, mesmo que de forma intermitente. Os efeitos da estiagem sobre a produção de grãos e oleaginosas foram recorrentemente devastadores, com retração de safra de mais de 70%, como foi o caso de 2016. O comportamento pluviométrico é ainda fundamental na atividade de geração de energia hidroelétrica, que responde por parcela significativa do PIB estadual. Um regime de chuva desfavorável nas cabeceiras do Rio São Francisco pode reduzir em até quatro vezes a participação da geração de energia elétrica no Valor Adicionado Bruto (VAB) da economia sergipana.

Finalmente, a articulação externa da base produtiva sergipana é essencialmente nacional, seja extra-regional, seja regional. O peso do setor externo na economia sergipana é muito reduzido. A economia do Estado tem um dos menores coeficientes de exportação do País. São orientadas para o comércio exterior apenas as atividades de produção de suco concentrado de laranja, parcelas da produção de calçados e açúcar e, em proporção bem inferior, a fabricação de produtos têxteis.

Durante a etapa ascendente do ciclo econômico brasileiro, iniciado em 2004, a economia de Sergipe acelerou o crescimento, diversificou sua estrutura produtiva por meio de atração de empresas, intensificou a geração de emprego formal na Região metropolitana e no interior e ampliou os investimentos em infraestrutura produtiva e social. Todavia, quando a economia brasileira desacelerou em 2014, o nível de

atividade estadual entrou em queda livre, entre 2015 e 2016, e se manteve estagnado, nos anos de 2017 e 2018. A economia de Sergipe foi duramente atingida pela crise nacional: a construção civil e a produção de cimento despencaram e a Petrobras desmobilizou ativos, reduziu intensamente a produção de petróleo e gás e desativou a unidade de produção de fertilizantes nitrogenados. Com os ventos adversos, a recessão não tardou em contaminar o mercado de trabalho e as finanças públicas.

Em termos de perspectivas, o principal projeto estruturador do Estado de Sergipe está associado à consolidação do seu Complexo Industrial-Portuário, tendo como indústrias-chave a Usina Termoeletrica Porto de Sergipe e a Unidade de Regaseificação de Gás Natural a ela associada, que podem abrir oportunidades de implantação de indústrias e empresas de prestação de serviços em seu entorno.

Também se revelou muito promissora a exploração de petróleo e gás natural em águas profundas na bacia de Sergipe-Alagoas, apontada como a mais importante fronteira de exploração da produção petrolífera no País, depois do pré-sal.

O objetivo do presente artigo é o de acompanhar as transformações estruturais e o desempenho da economia sergipana ao longo das duas primeiras décadas do século XXI, buscando captar os principais impactos sobre a economia estadual do ciclo expansivo da economia brasileira, que perdurou, grosso modo, entre 2004 e 2014, e os efeitos do período recessivo que o sucedeu, a partir de 2015.

2 A Especialização Estadual

Um bom ponto de partida para analisar o desempenho da economia sergipana nas duas primeiras décadas do século XXI é observar a sua estrutura produtiva em termos da participação das atividades econômicas no Valor Adicionado Bruto (VAB) e compará-la com as médias da Região Nordeste e do Brasil.

Nesse momento da exposição, observemos as participações das atividades no VAB tal como elas se apresentavam em 2002, antes dos efeitos do ciclo expansivo da economia nacional, iniciado em 2004, e dos impactos da prolongada estiagem, que remonta ao ano de 2012.

Em 2002, o peso do setor agropecuário no VAB estadual era de 6,5%, similar ao da média do Brasil (6,4%), mas bem inferior ao da média regional, 10,0% (ver Tabela 1). A participação do setor de serviços, por sua vez, se situava cerca de seis pontos percentuais a menos do que as médias regional e nacional. Essas participações de inferiores nas duas atividades não decorrem do menor desenvolvimento relativo da agropecuária e dos serviços em Sergipe, mesmo que isso pudesse (ou não) ser fato. A explicação é principalmente de outra natureza; está associada basicamente ao fato de a atividade industrial apresentar naquele ano peso bem superior em Sergipe do que nos agregados regional e nacional, cerca de nove e seis pontos percentuais, respectivamente.

Como o peso da indústria de transformação na economia sergipana era em 2002 idêntico à média regional e bem inferior à média nacional, a explicação se encontra nas participações de dois outros subsetores: as atividades extrativas minerais e os chamados Serviços Industriais de Utilidades Públicas (SIUP), nesse último caso, por conta do valor da produção da Usina Hidrelétrica de Xingó.

São as participações extremamente elevadas desses subsetores na geração de riqueza de Sergipe que fazem com que, de um lado, o Estado de Sergipe apresente índices de especialização relativos frente ao Nordeste e ao Brasil muito elevados nas duas atividades e, por outro lado, que o Estado não apresente especialização relativa na maioria das atividades de serviços, com as exceções das atividades de serviços de saúde e educação privadas e da administração pública, talvez como consequência da receita pública extraordinária gerada pelas atividades de exploração mineral (Ver as duas últimas colunas na Tabela 1).

Nesse sentido, é possível pensar as atividades de exploração mineral e de geração de energia elétrica como provedoras de um bônus para a renda estadual, o que colocou o Estado acima da média da Região Nordeste em termos de PIB per capita e renda per capita na maioria dos últimos vinte anos. Convém esclarecer que se trata apenas de uma hipótese.

Tabela 1 – Sergipe: Participação das atividades econômicas no Valor Adicionado Bruto (VAB) e índice de especialização* em relação ao Brasil e Nordeste em 2002

Atividades	Participação (%)			Índice de Especialização	
	Sergipe	Nordeste	Brasil	Sergipe/ Nordeste	Sergipe / Brasil
Total das Atividades	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Agropecuária	6,5	10,0	6,4	65,0	101,1
Indústria	32,1	23,0	26,4	139,9	121,8
Indústrias extrativas	4,2	1,9	2,0	217,0	208,2
Indústrias de transformação	9,7	9,7	14,5	100,3	67,0
SIUP	12,1	3,5	3,4	350,7	356,7
Construção	6,1	7,9	6,5	76,9	94,0
Serviços	61,4	67,1	67,2	91,5	91,3
Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas	6,8	8,4	7,7	80,8	88,0
Transporte, armazenagem e correio	2,2	3,2	3,7	68,5	59,3
Alojamento e alimentação	1,1	2,3	2,0	48,9	54,5
Informação e comunicação	1,9	3,1	4,3	62,6	45,4
Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	3,5	3,9	7,9	88,6	43,8
Atividades Imobiliárias	9,7	10,9	10,7	88,3	90,0
Atividades profissionais, científicas e técnicas, administrativas e serviços complementares	3,6	4,6	6,5	80,1	55,9
Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social	24,0	23,6	16,5	101,6	145,3
Educação e saúde privadas	5,7	3,7	3,9	153,2	145,5
Outras atividades de serviços	3,0	3,4	4,0	86,6	74,9

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2016) * O Índice de especialização é obtido pela divisão do peso do setor no VAB de Sergipe pelo peso do mesmo setor nos VABs do Nordeste e do Brasil, multiplicando-se os resultados por 100.

3 Sergipe no Ciclo de Crescimento

Depois de dois anos de desaceleração intensa do ritmo de crescimento, entre 1998 e 1999, na esteira da crise do balanço de pagamentos que culminou com o abandono do regime de âncora cambial, a economia brasileira alternou entre altas e baixas no período 2000-2003. O apagão de energia entre meados de 2001 e início de 2002 e a instabilidade política gerada pelo favoritismo do Partido dos Trabalhadores na campanha presidencial de 2002 foram fatores importantes nessa trajetória instável. A posse do novo governo, no início de 2003, sem contar com a confiança do mercado financeiro, manteve o ambiente de instabilidade por algum tempo.

Passado o período de maior instabilidade, a economia brasileira deu início ao robusto ciclo expansivo que, no primeiro momento, foi impulsionado pelo crescimento acelerado das exportações, nos marcos do superciclo de valorização de commodities no mercado internacional, ao que se seguiu forte ampliação do poder de compra interno.

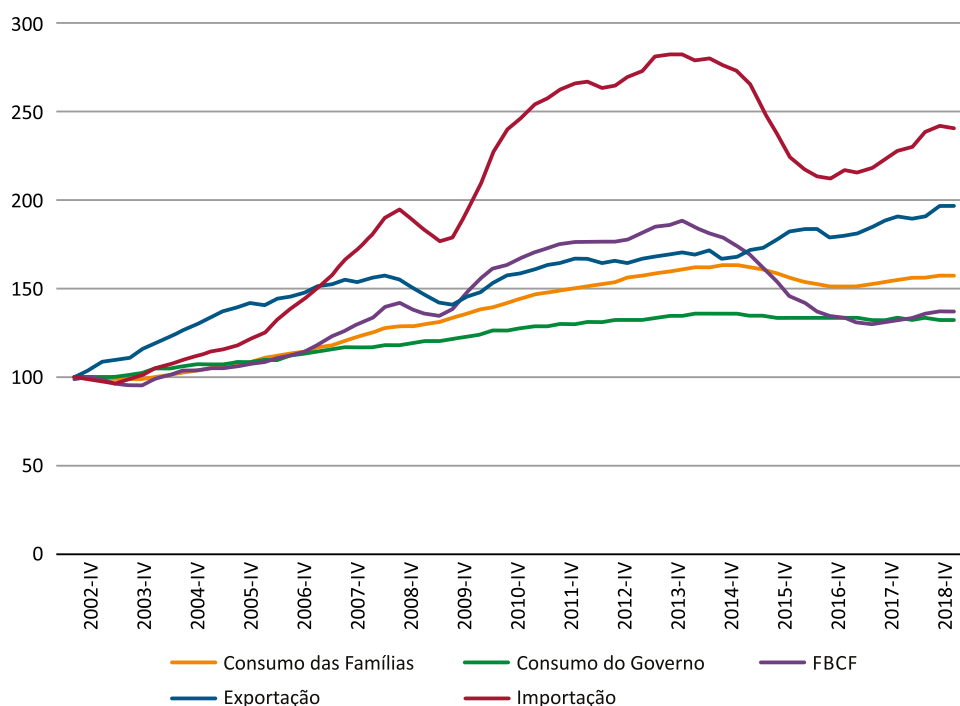
Com o cenário externo favorável, instaurou-se um ciclo virtuoso que foi potencializado pelas políticas de valorização do salário mínimo, pela expansão do crédito às famílias e pelas políticas de transferências de renda que, em conjunto, fomentaram a expansão das vendas, o crescimento da produção e a formalização do mercado de trabalho, com fortes efeitos de retroalimentação. Diante da aceleração do crescimento da renda interna e das exportações, os investimentos em formação bruta de capital fixo não demoraram a responder (ver Figura 1).

A continuidade do ciclo virtuoso, todavia, vai ser colocada à prova pela crise financeira internacional, que se seguiu ao estouro da bolha no mercado imobiliário norte-americano, em setembro de 2008, e

revelou seus limites com os efeitos do esmorecimento do crescimento da economia chinesa sobre os preços de nossas principais commodities, a partir de 2013.

Sob certo sentido, a etapa ascendente do ciclo econômico iniciado em 2004 pode ser pensada a partir de um modelo de crescimento de base exportadora em que os efeitos do crescimento do comércio exterior sobre a expansão do mercado interno são potencializados pelas políticas públicas de valorização dos salários de base, pelo crescente acesso das famílias ao crédito e pelas políticas de apoio à ampliação dos investimentos, tanto por meio da expansão do crédito subsidiado, quanto por meio de ampliação do gasto público (NORTH, 1977; SCHWARTZMAN, 1975).

Figura1 – Índice de crescimento dos componentes do PIB sob a ótica da despesa - média móvel de quatro trimestres (Média 2002=100)



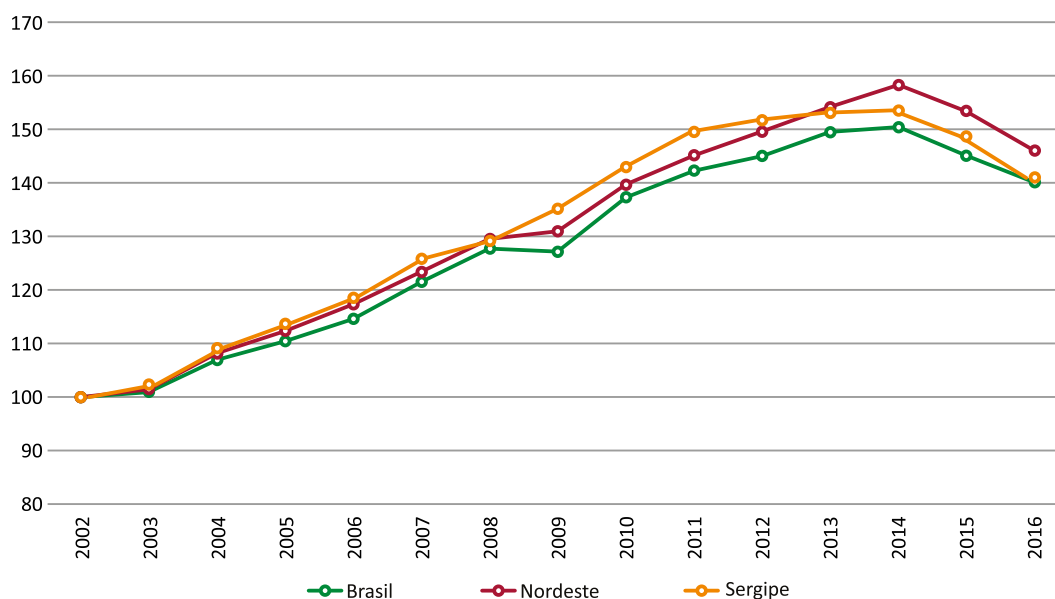
FONTES: Sistema de Contas Nacionais Trimestrais (2019)

Diante das características do ciclo expansivo, marcado fortemente pelas políticas públicas de inclusão social, crescente formalização dos vínculos no mercado de trabalho e elevação real do salário mínimo, era inevitável que os estados das regiões de menor renda per capita e de maior incidência de pobreza fossem relativamente favorecidos, reduzindo, em maior ou menor grau, o hiato de desenvolvimento, em relação aos Estados das regiões mais ricas e industrializadas. Nesse período, as políticas sociais entraram definitivamente na agenda do País e passaram a ser um dos vetores estruturantes que balizaram o ciclo de crescimento.

A economia de Sergipe conheceu um período de aceleração do crescimento do PIB a partir de 2004 que se estendeu, grosso modo, até 2012, quando os efeitos combinados do estouro em todo País da bolha imobiliária sobre a construção civil e da estiagem sobre a safra agrícola são estatisticamente suficientes para desacelerarem o crescimento da economia estadual, ainda que a maioria das demais atividades permanecesse em expansão até 2014 ou 2015.

As figuras 2 e 3 mostram os desempenhos do PIB do Brasil, Nordeste e Sergipe no período 2002-2016. A figura 2 apresenta o índice de crescimento do PIB nesse período, tomando com base o ano de 2002. Ao longo da maior parte do período ascendente do ciclo econômico, até pelo menos 2012, pelos motivos referidos no parágrafo anterior, o crescimento do PIB de Sergipe caminhou à frente das médias do Brasil e do Nordeste, enquanto a expansão do Nordeste manteve-se em ritmo superior à média nacional até 2016, no acumulado do período.

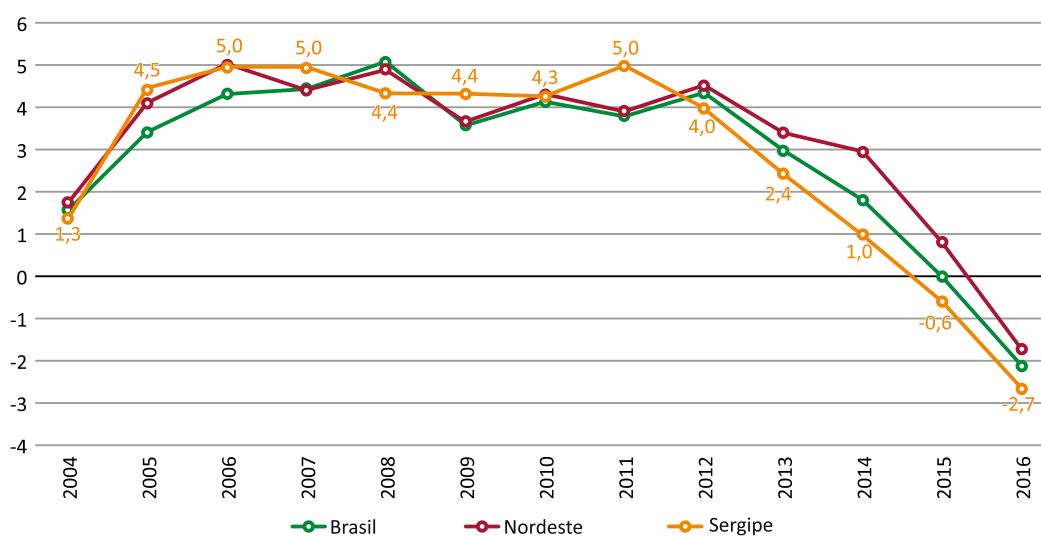
Figura 2 – Índices de crescimento do Produto Interno Bruto do Brasil, Nordeste e Sergipe (2002=100)



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2016)

A Figura 3 apresenta a média móvel trienal do crescimento do PIB do Brasil, Nordeste e Sergipe, confirmando que, com a exceção da média móvel finalizada em 2008, ano da eclosão da crise financeira internacional, a economia sergipana manteve ritmo de expansão do PIB superior às médias da Região Nordeste e do Brasil. A finalidade de utilizar a média móvel trienal é o de apreender a tendência da evolução do PIB, evitando que ocorrências em anos específicos tornem obscuro o movimento mais amplo. No caso do agregado Nordeste, a média móvel trienal manteve-se acima do agregado nacional até 2006, depois colou no crescimento do PIB nacional até 2012 e se manteve em linha com o comportamento nacional, no período de sua desaceleração, em 2013 e 2014. Quando a economia brasileira passou a apresentar resultados negativos, em 2015 e 2016, o PIB da Região Nordeste registrou resultados superiores ao agregado nacional na media trienal, ainda que no resultado do ano de 2016 a evolução do Nordeste tenha sido pior do que a nacional, antecipando os comportamentos relativos de 2017 e 2018.

Figura 3 – Taxa de crescimento dos PIBs do Brasil, Nordeste e Sergipe. Média móvel trienal : 2004-2016 (%)



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2016)

3.1 As evoluções setoriais

A evolução do Valor Adicionado Bruto (VAB) propicia uma visão panorâmica de comportamento dos diversos setores da economia sergipana nas várias etapas do ciclo econômico. Seguindo esse indicador, entre 2003 e 2008, todas as atividades econômicas apresentaram expansões vigorosas, com a exceção do segmento de informação e comunicação. No conjunto das atividades, o VAB se expandiu ao ritmo médio anual de 4,3% (Ver Tabela 2).

A agropecuária teve um desempenho extraordinário, liderada pela expansão de suas principais atividades, notadamente milho, cana-de-açúcar e pecuária leiteira. Mas a indústria de transformação, o comércio, as atividades de transporte e os serviços vinculados ao turismo, como alojamento e alimentação, também apresentaram taxas médias de crescimento muito elevadas. A construção civil e as atividades de serviços imobiliários começam a apresentar taxas de expansão elevadas, ainda que o boom da cadeia produtiva da construção civil somente se consolidaria no período subsequente.

As atividades financeiras, refletindo a expansão do crédito a novos segmentos da população, e os serviços profissionais, em geral associados aos contratos de terceirização do setor público, apresentaram taxas de crescimento especialmente elevadas, entre 2003 e 2008.

No período subsequente, entre 2009 e 2012, marcado pelo resultado negativo de 2009, registra-se desaceleração no ritmo médio anual do crescimento do VAB para 3,8%, mas alguns segmentos obtêm resultados extraordinariamente bons: trata-se de um momento especialmente favorável principalmente para as atividades da indústria de transformação, que registraram, em conjunto, taxas médias de crescimento de 7,4% ao ano, e para a construção civil, com expansão de 8,1%. O crescimento econômico nesse período é marcado pelo incremento do emprego, pela ampliação do acesso ao crédito e pela incorporação de novos estratos da população ao mercado consumidor, com a chamada ascensão da classe C. De outra parte, a agropecuária já se ressentia dos efeitos da estiagem em 2012. Notável foi a expansão em Sergipe das atividades de educação e saúde privadas entre 2009 e 2012, de 7% ao ano.

Entre 2013 e 2014, a ampla maioria das atividades econômicas se manteve em expansão em ritmo ainda intenso, mas alguns segmentos produtivos passaram a apresentar forte retração, influenciando o resultado do agregado. Assim, o VAB teve incremento médio anual de apenas 0,9% nesse período. Dois são os fatores principais da forte desaceleração do crescimento do VAB: a queda abrupta na produção dos SIUPs, associada à retração de energia pela Usina Hidroelétrica (UHE) de Xingó, de 17,1% ao ano, e os primeiros estágios da crise na cadeia de produção da construção civil, com o estouro da bolha imobiliária e com a retração dos investimentos públicos em infraestrutura, impactando o nível da produção da atividade de fabricação de cimento e de outras atividades correlatas.

Nesse momento, as atividades industriais, em conjunto, recuam, enquanto alguns segmentos do setor serviços continuam avançando, ganhando espaço na economia estadual. Cabe destacar o crescimento do segmento dos serviços de atividades profissionais e técnicas, que foi impulsionado pela instalação de call center, a continuidade do crescimento do subsetor de transporte e armazenagem e a acelerada expansão de serviços pessoais, anotados no grupo de outros serviços.

Finalmente, os anos de 2015 e 2016 são marcados pelo intenso recuo do nível de atividade, abrangendo quase todos os setores da economia estadual. Os efeitos da recessão nacional, da crise da Petrobras e do colapso da construção civil se aliam aos impactos da estiagem sobre a agricultura e sobre a geração de energia, contaminando o mercado de trabalho, as finanças públicas e puxando as atividades privadas dos segmentos de serviço e a administração pública para dentro da crise.

Tabela 2 – Sergipe. Taxas médias anuais de crescimento do Valor Adicionado Bruto (VAB) das atividades econômicas segundo períodos selecionados (%)

Atividades	2003-2008	2009-2012	2013-2014	2015-2016
Total das Atividades	4,3	3,8	0,9	-4,0
Agropecuária	10,2	-3,1	6,5	-15,3
Indústrias extrativas	2,5	2,3	2,4	-14,5
Indústrias de transformação	4,3	7,4	-16,6	-4,6
Eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação	2,5	6,3	-17,1	-6,9
Construção	3,3	8,1	-0,5	-8,0
Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas	5,4	3,0	3,2	-8,3
Transporte, armazenagem e correio	4,5	0,4	10,2	-10,6
Alojamento e alimentação	6,2	5,5	0,7	-3,4
Informação e comunicação	0,6	0,9	5,6	0,0
Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	7,7	9,3	7,9	0,5
Atividades Imobiliárias	4,5	5,2	2,8	2,0
Atividades profissionais, científicas e técnicas, administrativas e serviços complementares	5,6	5,5	10,6	1,1
Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social	2,9	2,3	2,0	2,0
Educação e saúde privadas	2,4	7,0	2,8	-13,3
Outras atividades de serviços	2,9	0,0	7,6	0,2

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2016)

São esses movimentos ao longo do período analisado que causam as principais mudanças de participação dos setores e subsetores de atividade no total do Valor Adicionado Bruto da economia sergipana, como apresentadas na Tabela 3, com o incremento do peso da maioria das atividades de serviços e o forte recuo nas atividades industriais, particularmente nas indústrias extrativas e nos serviços industriais de utilidade pública.

Tabela 3 – Sergipe: Evolução da distribuição do Valor Adicionado Bruto em anos selecionados (%)

	2002	2008	2012	2014	2016
Total das Atividades	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Agropecuária	6,5	7,2	5,1	5,2	5,0
Indústria	32,1	32,6	30,5	24,6	20,1
Indústrias extrativas	4,2	10,7	8,1	7,1	0,9
Indústrias de transformação	9,7	8,1	5,9	6,8	6,1
Eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação	12,1	8,5	7,7	3,3	5,2
Construção	6,1	5,3	8,8	7,4	7,8
Serviços	61,4	60,2	64,4	70,1	75,0
Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas	6,8	9,0	11,9	11,9	13,0
Transporte, armazenagem e correio	2,2	3,1	2,9	2,9	2,9
Alojamento e alimentação	1,1	1,2	2,2	2,4	2,8
Informação e comunicação	1,9	1,4	0,9	1,5	1,5
Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	3,5	2,3	2,5	3,0	4,2

	2002	2008	2012	2014	2016
Atividades Imobiliárias	9,7	7,6	7,7	8,2	9,7
Atividades profissionais, científicas e técnicas, administrativas e serviços complementares	3,6	3,8	5,1	5,7	5,7
Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social	24,0	25,7	24,8	26,9	28,4
Educação e saúde privadas	5,7	3,5	4,1	5,1	3,9
Outras atividades de serviços	3,0	2,7	2,3	2,4	2,9

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2016)

Cabe fazer um alerta. As evoluções dos dados de PIB e do Valor Adicionado contribuem para entender as principais transformações estruturais das economias estaduais, todavia, nem sempre são os indicadores mais adequados para espelhar a evolução da renda e da qualidade de vida das pessoas em economias relativamente pequenas, inclusive em termos territoriais, diante das amplas diferenças entre o Produto Interno Bruto e a Renda Bruta. No caso de Sergipe, os pesos acentuados da produção extrativa mineral e da geração de energia, atividades exercidas por grandes empresas com sede fora do Estado, fazem com que parcela expressiva da riqueza gerada seja apropriada por não residentes, em forma de renda líquida de fatores externos. Essa característica é ainda mais patente na dimensão das economias municipais onde se situam essas atividades.

Parte significativa da queda mais acentuada do PIB sergipano a partir de 2012, relativamente às médias nacional e regional, tem um caráter prioritariamente contábil, de redução do valor adicionado na geração de energia elétrica, sem implicações de maior monta sobre as demais atividades do Estado e sobre as vidas das pessoas, com a exceção daquelas residentes nos municípios que têm no pagamento de royalties de geração de energia uma das principais fontes de receitas públicas. Separar esse efeito é assim fundamental para entender a contundência da crise na economia estadual depois de 2014. No período em tela (2002-2016), o grupamento atividades de serviços industriais de utilidade públicas teve em Sergipe o pior desempenho estadual, com exceção do Amapá.

Distinto é o comportamento das atividades das cadeias produtivas do petróleo e gás e de fertilizantes, que por seus fortes efeitos para frente e para trás, por meio dos fluxos de produção e de renda na economia estadual, foi decisivo tanto na geração de emprego e renda na etapa ascendente do ciclo, quanto no momento da crise, explicando em grande parte porque a economia sergipana se mostrou mais vulnerável do que na maioria dos demais Estados. A apresentação das principais transformações de cada um dos principais setores da economia sergipana propiciará um cenário mais próximo da vida real das transformações da economia sergipana nas duas primeiras décadas do século XXI.

3.11 Setor agropecuário

Três foram as principais mudanças na agropecuária sergipana nas duas primeiras décadas do século XXI:

- 1) No Semiárido, forte recuo do cultivo do feijão e expansão acelerada do cultivo do milho, que mais do que dobrou a área plantada e multiplicou por quase oito vezes a produção, tornando-se a principal atividade agrícola para um número crescente de municípios do sertão sergipano;
- 2) Expansão da pecuária leiteira no Alto Sertão que, no período 2000-2017, quase multiplicou por três a sua produção. Ainda que a pecuária leiteira seja realizada na Região sertaneja predominantemente em bases familiares, o crescimento da produção de leite propiciou a instalação de plantas industriais de beneficiamento de médio e grande portes, fortalecendo a cadeia produtiva na Região. Os programas federais de aquisição de alimentos, como o PAA, foram determinantes para a consolidação da atividade leiteira no Estado;
- 3) Novo ciclo expansivo da atividade sucroalcooleira, com a instalação de unidades produtivas voltadas principalmente para a fabricação de etanol. A atividade sucroalcooleira teve sua expansão no período estimulada pelo rápido crescimento da frota nacional de veículos. Novos grupos econômicos passaram a atuar no setor na virada da primeira para a segunda década.

Depois de um período de expansão, a rentabilidade da atividade foi afetada pela defasagem de preço que se acumulou no principal bem substituto, a gasolina, com consequências graves para a solidez financeira dos grupos empresariais locais;

Cabe ainda destacar a evolução do cultivo da laranja, a principal cultura permanente de Sergipe e uma das três mais importantes de suas atividades agrícolas (ao lado do milho e da cana-de-açúcar). A citricultura sergipana, que vinha com a produção estagnada desde o início da década de noventa, apresentou trajetória de crescimento entre 2001 e 2012, com a produção do último ano superando a do primeiro em 41,4%. Desde 2013, todavia, a produção de laranja vem apresentando retração acentuada.

As principais atividades da economia agrícola sergipana enfrentaram dificuldades nos últimos anos, seja por conta dos efeitos da estiagem, notadamente as culturas desenvolvidas no Semiárido (pecuária leiteira, milho e feijão); seja por conta da retração da demanda a partir de 2015, com os efeitos da crise econômica sobre o poder de compra regional, especialmente no caso da pecuária leiteira; seja por conta do endividamento empresarial, notadamente nas atividades sucroalcooleiras.

A Tabela 4, a seguir, apresenta as distribuições das áreas de cultivo das culturas temporárias e permanentes em Sergipe em alguns anos selecionados entre 2000 e 2017 e as respectivas taxas de crescimento. A transformação de maior significado na agricultura sergipana ao longo das duas primeiras décadas do século XXI foi, sem sombra de dúvidas, o avanço das culturas temporárias, particularmente milho e cana-de-açúcar. Entre os anos extremos, 2000 e 2017, o total da área plantada das culturas temporárias aumentou 22%, enquanto as áreas destinadas à colheita das culturas permanentes recuaram 16,1%.

Entre as culturas temporárias a grande estrela foi o milho, cuja área plantada aumentou 96,7%, enquanto a quantidade produzida registrou incremento de 870,6%, indicando a expansão de uma nova cultura do milho, com produtividade muito mais elevada do que a vigente no início do período, com rendimento por hectare próximo aos padrões mais elevados do País. O milho que respondia, em 2000, por 39,2% da área plantada das culturas temporárias, em 2017, representava quase 2/3 desse total. A contrapartida da expansão do milho no Semiárido foi a retração das culturas menos rentáveis ou mais vulneráveis às secas como feijão e, em menor grau, mandioca. O outro destaque foi a expansão da cultura da cana-de-açúcar, motivada pelo incremento da demanda de combustível no País, com a ampliação da área plantada em 154,4%, mas com incremento da produção menos exuberante.

Tabela 4 – Sergipe: Distribuição e taxa de crescimento das áreas plantadas das culturas temporárias e áreas destinadas às colheitas das culturas permanentes em anos selecionados

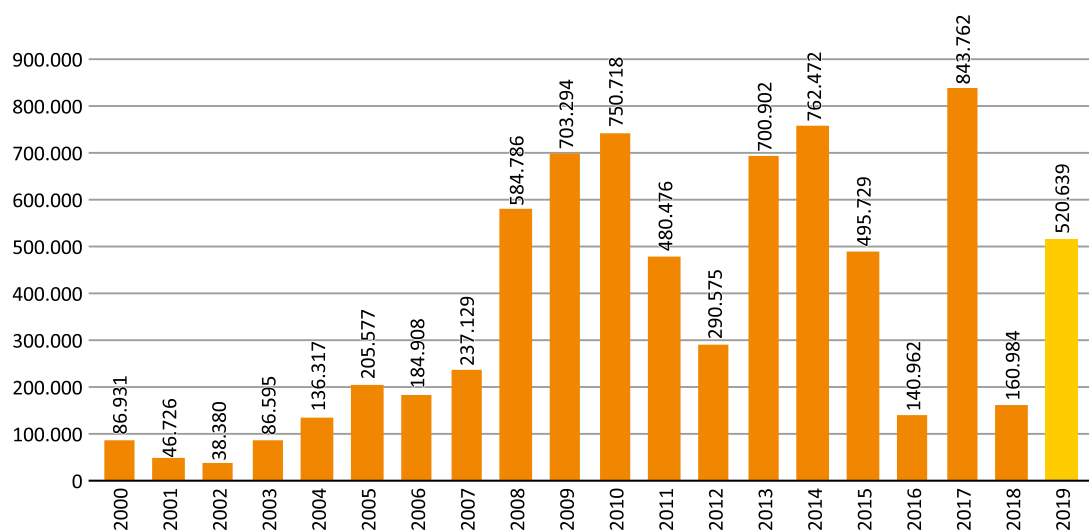
Anos	Distribuição do cultivo (%)			Taxa de crescimento (%)		
	2000	2011	2017	2011/2000	2017/2011	2017/2000
Culturas Temporárias – Áreas Plantadas						
Total Temporárias	100	100,0	100,0	46,1	-16,0	22,7
Milho (em grão)	39,2	55,7	62,8	107,8	-5,4	96,7
Cana-de-açúcar	10,3	14,3	21,3	102,9	25,4	154,4
Mandioca	13,5	10,0	7,6	8,0	-36,1	-31,0
Feijão (em grão)	27,4	12,9	4,9	-31,4	-68,2	-78,2
Arroz (em casca)	4,5	3,2	1,7	6,4	-56,8	-54,1
Batata-doce	1,3	1,0	1,1	19,2	-10,0	7,3
Abacaxi	0,3	0,3	0,3	62,1	-24,4	22,6
Amendoim (em casca)	0,5	0,5	0,2	42,0	-58,7	-41,4
Fumo (em folha)	1,8	0,5	0,1	-56,2	-89,9	-95,6
Melancia	0,3	0,2	0,0	-26,1	-83,1	-87,5
Fava (em grão)	0,8	0,2	0,0	-58,2	-91,6	-96,5

Anos	Distribuição do cultivo (%)			Taxa de crescimento (%)		
	2000	2011	2017	2011/2000	2017/ 2011	2017/2000
Culturas Permanentes – áreas destinadas à colheita						
Total Permanentes	100,0	100,0	100,0	1,9	-17,7	-16,1
Laranja	47,9	50,2	52,0	6,8	-14,7	-8,9
Coco-da-baía	42,4	38,4	41,4	-7,6	-11,4	-18,1
Banana (cacho)	3,4	3,7	2,3	11,3	-48,9	-43,1
Limão	0,7	0,8	1,1	13,2	7,2	21,3
Manga	1,1	1,0	1,0	-0,4	-18,5	-18,8
Maracujá	4,0	4,5	0,9	14,6	-83,6	-81,2
Tangerina	0,1	0,4	0,5	195,2	11,4	228,8
Goiaba	0,1	0,3	0,5	251,0	36,3	378,6
Mamão	0,2	0,5	0,2	138,0	-71,3	-31,6

Fonte: Pesquisa Agrícola Municipal (2017)

A figura 4 apresenta a evolução da produção de milho entre 2000 e 2018 e a previsão de safra de 2019. A cultura do milho iniciou sua expansão em 2004, quando a safra saltou para 237,1 mil toneladas, comparativamente às 184,9 mil toneladas do ano anterior. Mas foi a partir de 2008 que a cultura alcança novo patamar, com a produção de 584,8 mil toneladas. Nos anos seguintes, a produção de milho se manteve no novo patamar alcançado, mas os anos de estiagem resultaram em quedas acentuadas da produção, como em 2012, 2015, 2016 e 2018.

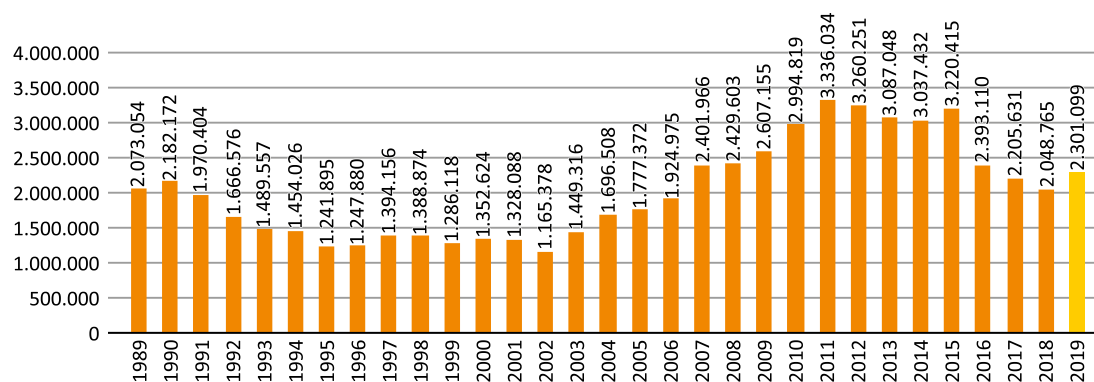
Figura 4 – Sergipe: Produção de milho (em grão) entre 2000 e 2018 e projeção para 2019 (Toneladas)



Fonte: Pesquisa Agrícola Municipal (2017) e Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (2019)

A cana-de-açúcar iniciou seu novo ciclo de expansão na economia agrícola sergipana a partir de 2003, mas foi entre o final da primeira década e os primeiros anos da segunda, com a inauguração das Usinas Campo Lindo e Taquari, que a produção agrícola atingiu novo patamar, com as safras ultrapassando três milhões de toneladas entre 2011 e 2015 (ver Figura 5). Nos anos seguintes, a produção recuou até atingir os dois milhões de toneladas em 2018. Apesar da crise dos últimos anos e as dificuldades enfrentadas atualmente pelos grupos empresariais, é inegável que a atividade sucroalcooleira alcançou um novo patamar ao longo do período.

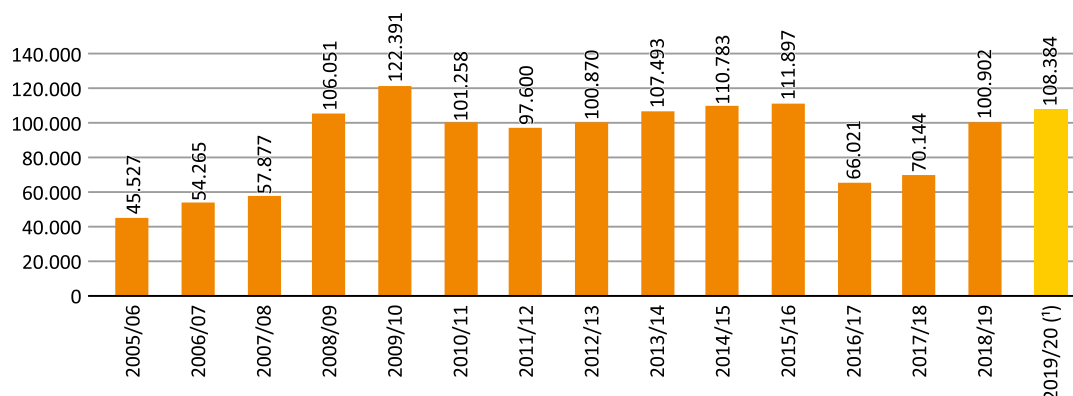
Figura 5 – Sergipe: Produção de Cana-de-Açúcar entre 1989 e 2018 e projeção para 2019 (Toneladas)



Fonte: Pesquisa Agrícola Municipal (2017) e Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (2019)

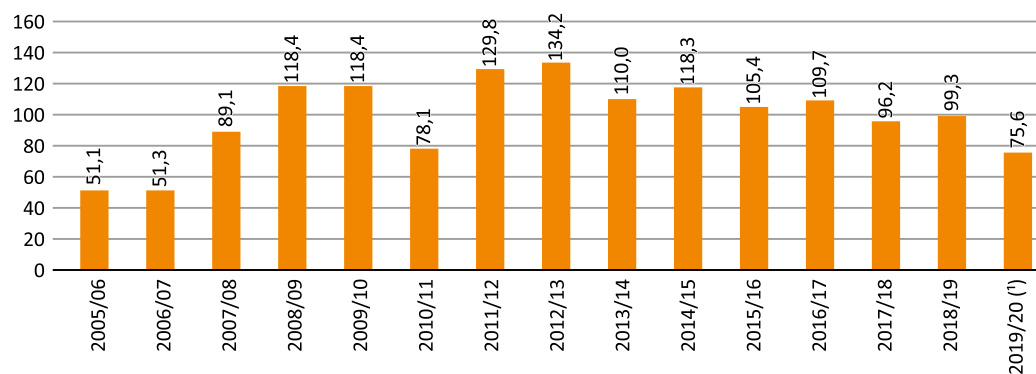
Com a inauguração das novas usinas, a produção de etanol saltou de 45,5 milhões de litros, na safra 2005/06, para 122,4 milhões de litros, na safra 2011/12, mais do que dobrando a produção (Figura 6). A fabricação de açúcar também mais do que duplicou, quando são comparadas as safras iniciais da série apresentada, 2005/06 e 2006/07 e as melhores safras depois da implantação das novas usinas (Figura 7).

Figura 6 – Sergipe: Produção de Etanol entre as safras 2005/2006 e 2018/2019 e Projeção para a 2019/2020 (Mil litros)



Fonte: Companhia Nacional de Abastecimento (2019)

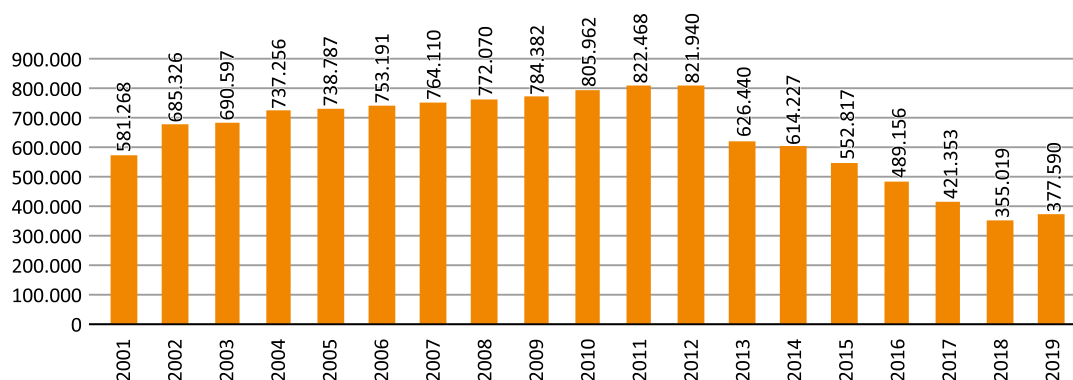
Figura 7 – Sergipe: Produção de açúcar entre as safras 2005/2006 e 2018/2019 e projeção para a 2019/2020 (Mil litros)



Fonte: Companhia Nacional de Abastecimento (2019)

A citricultura sergipana, que conheceu seu principal ciclo de expansão entre as décadas de setenta e oitenta do século passado, vem perdendo impulso desde os anos noventa. Apesar de se manter como uma das mais importantes culturas agrícolas, ocupando o segundo lugar em termos de valor da produção e terceiro lugar em termos de área de plantio, em 2017, a citricultura apareceu, ao lado do feijão e da mandioca, como as atividades que mais perderam espaço na agricultura sergipana no século atual. Depois de um período de expansão da produção até 2012, a cultura entrou em declínio continuado nos anos seguintes (Tabela 18).

Figura 8 – Sergipe: Produção de laranja entre 2001 e 2018 e projeção para 2019 (Toneladas)

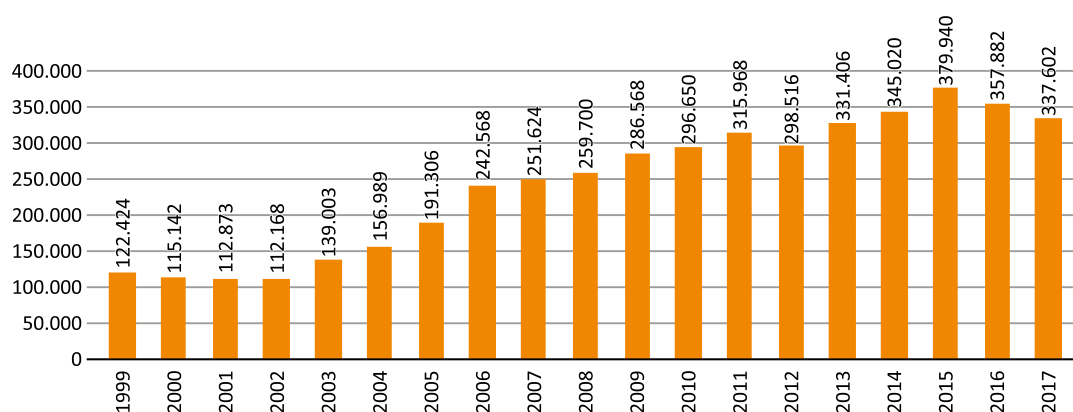


Fonte: Pesquisa Agrícola Municipal (2017) e Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (2018)

Outra transformação de grande significado no setor agropecuário sergipano nas duas primeiras décadas do século XXI, ao lado do avanço da cultura do milho sobre novas áreas do Semiárido e da retomada da atividade sucroalcooleira, foi a expansão da pecuária do leite no alto sertão sergipano, realizada majoritariamente em bases familiares.

A produção de leite de Sergipe saltou 115 mil litros, em 2000, para mais de 337 mil litros, em 2017. O melhor ano foi 2015, quando a produção se situou 230% acima da produção do ano 2000, enquanto a produção do Nordeste cresceu 83%, fazendo com que a participação de Sergipe na produção regional saltasse de 5,3% para 9,6%. Com a retração da produção estadual em 2016 e 2017, a participação de Sergipe na produção regional de leite recuou para 8,7% no último ano, ainda muito acima do peso regional de 2000 (Figura 9).

Figura 9 – Sergipe: Produção de leite entre 1990 e 2017 (Mil litros)



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2017)

3.1.2 As Atividades industriais

Ao longo do ciclo expansivo, todos os setores de atividade industrial conheceram um forte impulso, ainda que com características diferenciadas entre eles. O número de estabelecimentos industriais aumentou de 2.332, em 2002, para 3.512, em 2017, crescimento de 50,6% (ver Tabela 5). Seu ponto de pico foi em 2015, com 3.512 estabelecimentos.

Entre os anos de 2003 e 2015, o número de estabelecimentos industriais se expandiu à invejável média anual de 3,5% e o da indústria de transformação, em 3,8%. A expansão ainda mais notável foi a da indústria extrativa mineral, cujo número de estabelecimentos se expandiu à taxa média anual de 7,1%, entre 2003 e 2015.

Indústrias de porte foram instaladas em Sergipe, como a Yazaki, de componentes automobilísticos, a metalúrgica Crown e a Indústria Vidreira do Nordeste. A exploração de petróleo e gás natural também apresentou expansão considerável, com a entrada em operação dos campos de Piranema e Piranema Sul em águas profundas.

Os impactos da crise sobre as atividades industriais não foram menos notáveis, com o fechamento de 9,9% dos estabelecimentos do conjunto do setor, na comparação entre 2015 e 2017, porcentagem que atingiu 17% dos estabelecimentos no subsetor da construção civil.

Tabela 5 – Sergipe: Número de estabelecimentos formais da indústria e taxas de crescimento, segundo setores de atividades, em anos e períodos selecionados

IBGE Subsetor	Total Indústria	Extrativa Mineral	Indústria de Transformação	SIUP	Construção Civil
Número de estabelecimentos					
2002	2.332	27	1.267	91	947
2015	3.896	76	2.213	103	1.504
2017	3.512	76	2.080	108	1.248
Taxas de crescimento					
2002 a 2017 (%)	50,6	181,5	64,2	18,7	31,8
2015-2017 (%)	-9,9	0,0	-6,0	4,9	-17,0
2003 a 2017 (% aa)	2,6	6,7	3,1	1,1	1,7
2003 a 2015(% aa)	3,5	7,1	3,8	0,8	3,1

Fonte: Relação Anual de Informações Sociais (2016-)

Os números para a evolução do emprego formal na atividade industrial foram muito favoráveis até 2015. O total da ocupação formal do setor industrial passou de 43,7 mil pessoas, em 2002, para 83,2 mil empregos, em 2015, quase dobrando o contingente de empregados, uma taxa de incremento médio anual de 5,1% (Ver Tabela 6). O ritmo de incremento do emprego foi ainda mais intenso na indústria extrativa mineral, que registrou taxa média anual de expansão do emprego de 8,8%, até 2015.

A atividade da construção civil teve seu pico de emprego em 2013. Ainda assim, entre 2003 e 2015, registrou taxa média de incremento da ocupação formal de 5,1% ao ano. Depois que a crise se tornou mais aguda, foram exatamente esses dois subsectores que mais desempregaram: o emprego formal na indústria extrativa mineral recuou 29,1%, entre 2015 e 2017, e na construção civil, 37,5%.

Tabela 6 – Sergipe: Número de empregados com vínculos formais da indústria e taxas de crescimento, segundo setores de atividades, em anos e períodos selecionados

IBGE Subsetor	Total Indústria	Extrativa Mineral	Indústria de Transformação	SIUP	Construção Civil
Número de Pessoas Ocupadas					
2002	43.670	1.619	25.155	3.901	12.995
2015	83.248	4.296	48.173	6.076	24.703
2017	66.272	3.048	42.099	5.678	15.447
Taxas de crescimento					
2002 a 2017	90,6%	165,3%	91,5%	55,8%	90,1%
2015-2017	-20,4%	-29,1%	-12,6%	-6,6%	-37,5%
2003 a 2017	2,8%	4,3%	3,5%	2,5%	1,2%
2003 a 2015	5,1%	7,8%	5,1%	3,5%	5,1%

Fonte: Relação Anual de Informações Sociais (2017)

A Indústria extrativa mineral

A evolução das cotações do barril de petróleo no mercado mundial foi decisiva para o comportamento da exploração de petróleo e gás natural em Sergipe. Mas não menos significativo foi o reposicionamento adotado pela Petrobras em relação às mudanças no cenário externo e aos desdobramentos dos escândalos de corrupção¹.

No início dos anos 2000, com as cotações em alta, a exploração de petróleo e gás em Sergipe se recuperou da estagnação que marcou os anos noventa. A produção local apresentou crescimento continuado entre 2003 e 2008. Os investimentos na recuperação de campos maduros foram cruciais para o aumento da produção, que ganhou novo impulso com a exploração dos campos de águas profundas Piranema e Piranema Sul. O patamar de produção se manteve elevado, ainda que levemente declinante, até 2014, mas despencou a partir de 2015, com a queda das cotações internacionais do petróleo e os ajustes realizados na Petrobras, como resposta à crise financeira e de reputação da empresa.

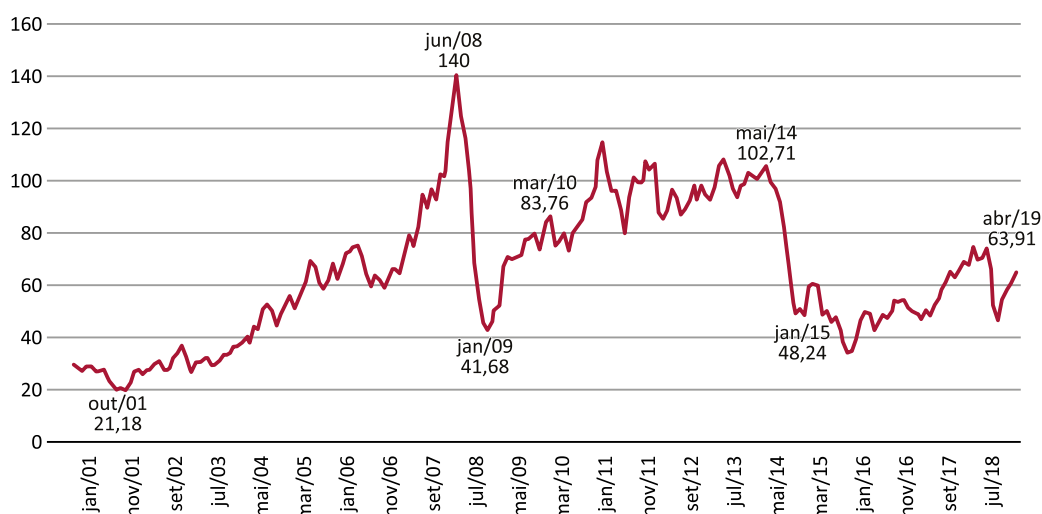
A extração de sais de potássio e a produção de fertilizantes nitrogenados, duas outras atividades integrantes da indústria de base de Sergipe, também foram atingidas pela queda na cotação dos seus produtos no mercado internacional. No caso da produção de nitrogenados, a redução da produção seguida pela desativação da atividade decorreu do reposicionamento estratégico da Petrobras em um momento de baixa rentabilidade.

O ciclo longo de valorização, associado à emergência em ritmo acelerado da economia chinesa, contemplou commodities agrícolas, minerais e energéticas. Nesse último grupo, é notável a evolução das cotações do barril de petróleo no mercado mundial. Partindo de US\$ 21, ao final de 2001, o barril do petróleo West Texas Intermediate (WTI), alcançou US\$ 73, em meados de 2006, atingindo o pico de US\$ 140, em meados de 2008, imediatamente antes da crise do subprime norte-americano. Depois de despencar para cerca de US\$ 40, no início de 2009, recuperou-se nos anos seguintes, até nova queda no segundo semestre de 2014 (Ver Figura 10).

A baixa da cotação internacional impactou na exploração interna de petróleo, mas é necessário ponderar que a transmissão dos seus efeitos não é imediata, sendo mediada pelas decisões de preço e de investimentos da Petrobras, devidamente monitoradas ou mesmo conduzidas pelo Governo Federal.

¹ Para uma visão abrangente sobre as origens e a importância da Petrobras na economia sergipana, ver CERQUEIRA, L. (1991)

Figura 10 – Cotação futura do barril de petróleo WTI - Último dia de cada mês (US\$)



Fonte: Petróleo WTI futuros (2019)

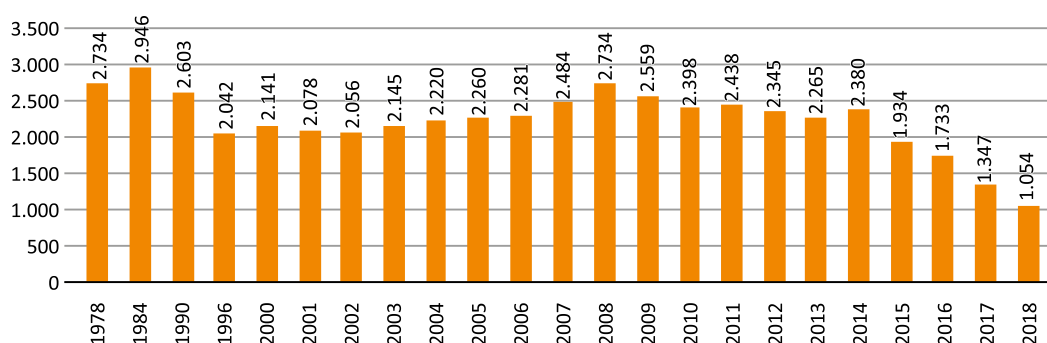
A figura 11 apresenta a evolução, em metros cúbicos, da produção de petróleo de Sergipe desde 1978. Dominada pela exploração em poços terrestres, a produção de petróleo no Estado despencou na primeira metade dos anos noventa, por conta da redução da atividade de prospecção, caindo de 2,6 milhões de m³ para 2,0 milhões de m³, entre 1990 e 1996. A produção prosseguiu rebaixada até 2002, período em que a cotação internacional do barril de petróleo se manteve desfavorável. Com o início da elevação das cotações no mercado internacional e, não menos importante, o papel mais ativo da Petrobras na estratégia de desenvolvimento econômico do governo, a produção sergipana de petróleo voltou a crescer ano a ano, até que o início da exploração dos campos marítimos de Piranema e Piranema Sul, a partir de 2007, recolocou no patamar de produção superior a 2,5 milhões de m³(Figura12). O volume de produção de gás natural no Estado, apresentado na figura 12, alcançou nível inédito, com expansão ainda mais intensa, com o início da exploração dos novos campos marítimos, utilizando plataformas de exploração inovadoras.

A queda acentuada na produção de petróleo, em terra e em mar, em Sergipe teve início em 2015, já refletindo as mudanças do cenário internacional para o setor e os primeiros estágios da crise econômica e na política interna. É, todavia, a partir de 2016 que o descenso da produção sergipana se acelerou, em decorrência da nova orientação adotada pela Petrobras de desmobilizar ativos menos rentáveis. Entre 2015 e 2018, a produção de petróleo de Sergipe encolheu 45% e passou a se situar em 38,4% do pico da produção de 2008, enquanto a produção de gás natural recuou 8,4% no período.

A nova direção da Petrobrás determinou também a desativação da Fábrica de Fertilizantes do Nordeste (FAFEN-SE). Alegando prejuízos de grande monta, decorrentes em parte dos recorrentes aumentos no preço do gás natural fornecido pela própria empresa, que subiu de R\$ 376/mil m³, em 2014, para R\$ 816mil m³, em 2017. Em fase de baixa da cotação no mercado internacional, a Petrobras anunciou no início de 2018 a decisão de vender ou desativar as fábricas de fertilizantes nitrogenados da Bahia e de Sergipe. Em novo revés para a economia estadual, em 2019 a empresa comunicou que pôs à venda os campos de Piranema e Piranema Sul, responsáveis pela maior parte da produção em mar de Sergipe.

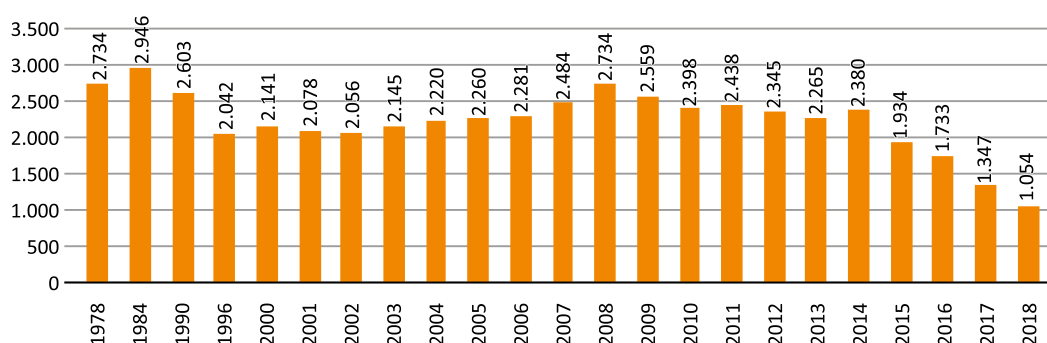
Frente à nova orientação da empresa de enfrentar os problemas de caixa por meio de desmobilização de ativos, a economia de Sergipe sofreu impactos negativos de grande monta nos fluxos de renda e produção de suas principais cadeias produtivas. Com especificidades próprias, as economias de outros Estados da Região Nordeste, como Ceará, Rio Grande do Norte, Pernambuco e Bahia também se ressentiram do recuo nas atividades da Petrobras.

Figura 11 – Sergipe: Produção de petróleo entre 1978 e 2018 (Mil m3)



Fonte: Agência Nacional do Petróleo (2016)

Figura 12 – Sergipe: Produção de gás natural entre 2000 e 2018 (Mil m3)



Fonte: Agência Nacional do Petróleo (2016)

A reconfiguração da cadeia produtiva de petróleo e gás natural

Na verdade, a exploração de petróleo e gás natural de Sergipe encontra-se em momento de transição, com os campos maduros em descenso e a expectativa de exploração de uma nova fronteira de exploração em águas profundas. O futuro da exploração de petróleo e gás natural no Estado passou a depender da entrada em operação dos imensos campos na costa estadual, com descobertas avaliadas em até 24,4 bilhões de m³ de gás natural in place e 226 milhões de barris de óleo in place, apenas no campo de Poço Verde.

A Petrobras anunciou em 2018 a instalação de gasoduto de 128 km de extensão, a fim de escoar a produção de gás natural dos reservatórios de Farfan, Barra e Muriú, na área dos blocos exploratórios BM-SEAL-10 e BM-SEAL-11. A produção nos novos campos, em águas profundas, deverá ser realizada por até duas FPSO (Floating Production Storage and Off loading), cada uma delas com capacidade de produção de cem mil barris/dia de óleo e 8,5 milhões de m³ dia de gás natural.

A exploração de seis reservatórios em águas profundas poderá atingir até 40 milhões de m³/dia de gás natural, segundo informou o secretário de Petróleo e Gás do Ministério de Minas e Energia, Márcio Félix (DONO da maior descoberta (...), 2019). Esse montante é equivalente a 70% da produção atual do País e volume superior ao atualmente importado pelo gasoduto Bolívia-Brasil. A exploração, que deverá ser iniciada em 2023, deverá ampliar rapidamente a oferta interna de gás natural, atingindo 30 milhões m³/dia, segundo informou a mesma fonte.

A expectativa do Governo do Estado é que a oferta abundante e a nova regulamentação interna do mercado de gás, o chamado Novo Mercado de Gás, e tendo em vista a atual restrição física da rede de gasodutos, poderá servir de atrativo para instalação de unidades fabris na costa sergipana.

A Indústria de transformação

Ao longo do ciclo expansivo iniciado em 2004, o crescimento mais rápido do poder de compra nas regiões mais pobres do País abriu oportunidades para a implantação e ampliação de empresas nos diversos ramos de atividade industrial, muitas delas pertencentes a grupos empresariais oriundos das regiões mais ricas. Entre 2003 e 2008, o número de estabelecimentos industriais de Sergipe registrados no Relatório Anual de Informações Sociais (RAIS) cresceu ao ritmo médio anual de 4,5%. Depois que a economia brasileira retomou em formato de V, em 2009, na sequência do impacto da crise do subprime no mercado norte-americano, a criação de novas indústrias em Sergipe acelerou para 5,7% ao ano, entre 2009 e 2012. A instalação de novas unidades industriais no Estado prosseguiu em ritmo célere, ainda que menos intenso, entre 2013 e 2014 (3,5% aa), mas com a eclosão da crise nacional o movimento se reverteu, com a desativação de estabelecimento, entre 2015 e 2018, recuando o número deles em -1,8% ao ano (Ver Tabela 7).

No primeiro período (2003-2008), o incremento do número de estabelecimentos industriais foi muito intenso em todos os subsetores de atividade, com exceção do segmento de papel e gráfica. A expansão no número de unidades produtivas industriais foi generalizada, abrangendo segmentos tradicionais de bens de consumo não duráveis (como têxtil-confecção, alimentos e bebidas e calçados), atividades vinculadas à cadeia da construção civil (produto mineral não metálico, metalúrgica e madeira e móveis), se estendendo em direção aos setores de fabricação de material elétrico e comunicação e de material de transporte.

No período 2009-2012, a maioria das atividades seguiu em expansão acelerada, enquanto entre 2013 e 2014 a criação de novos estabelecimentos industriais perdeu intensidade em uma grande variedade de ramos, até que no período 2015-2018 o que se configura como generalizado entre as atividades industriais é o fechamento de estabelecimentos.

Tabela 7 – Sergipe: Taxas de crescimento médio anual do número de estabelecimentos formais na indústria de transformação, em períodos selecionados (%)

Subsetores	2003-2008	2009-2012	2013-2014	2015-2017
Prod. Mineral Não Metálico	14,9	4,5	-2,0	2,3
Indústria Metalúrgica	4,5	5,7	3,5	-1,8
Indústria Mecânica	7,3	7,7	2,7	-4,8
Elétrico e Comunicação	6,3	8,7	5,8	-2,4
Material de Transporte	15,5	9,6	3,8	4,1
Madeira e Mobiliário	15,5	-1,3	10,6	-6,5
Papel e Gráfica	0,0	12,0	3,0	4,6
Borracha, Fumo, Couros	3,4	6,1	4,2	-1,2
Indústria Química	5,6	4,6	0,6	-2,6
Indústria Têxtil	12,8	9,1	3,5	-2,9
Indústria de Calçados	4,0	3,0	0,0	-2,0
Alimentos e Bebidas	7,1	14,1	3,1	-6,7
Total Indústria de Transformação	4,5	5,7	3,5	-1,8

Fonte: Relação Anual de Informações Sociais (2016-)

A evolução do contingente de vínculos formais de emprego na indústria de transformação acompanhou a trajetória do número de estabelecimentos, ainda que as oscilações no ritmo de crescimento tenha se apresentado significativamente maiores, indicando que nos períodos de expansão não apenas surgiram muitas novas empresas industriais como também elas passaram a empregar mais pessoas por estabelecimento. O outro lado da moeda é que nos momentos de desaceleração e de retração, o recuo nas taxas de crescimento ou de queda no número de estabelecimentos foi inferior ao de empregados. O percentual de crescimento, muito superior aos dos demais setores, mais de 200% entre 2002 e 2017, no contingente de empregos formais na indústria de material elétrico e de comunicação se deveu à instalação

de unidade fabril de grande porte fornecedora de componentes elétricos para a indústria automobilística (Ver Tabela 8).

É importante registrar que, apesar da intensidade do corte dos últimos anos, o emprego formal na indústria de transformação de Sergipe saltou de 25.155, no final de 2002, para 42.099 em dezembro de 2017.

Tabela 8 – Sergipe: Número de pessoas empregadas e taxas de crescimento médio anual do número de estabelecimento formais na indústria de transformação, em anos e períodos selecionados

IBGE Subsetor	Pessoas Empregadas					Taxas Médias anuais de crescimento do emprego (%)			
	2002	2008	2012	2014	2017	2003-2008	2009-2012	2013-2014	2015-2017
Prod. Mineral Não Metálico	3.248	4.516	6.263	6.284	4.268	5,6	8,5	0,2	-12,1
Indústria Metalúrgica	759	1.184	1.780	1.921	1.436	7,7	10,7	3,9	-9,2
Indústria Mecânica	490	1.181	1.261	1.416	1.370	15,8	1,7	6,0	-1,1
Elétrico e Comunicação	92	161	224	2.041	3.032	9,8	8,6	201,9	14,1
Material de Transporte	385	562	422	509	352	6,5	-6,9	9,8	-11,6
Madeira e Mobiliário	915	1.397	2.252	2.415	1.837	7,3	12,7	3,6	-8,7
Papel e Gráfica	921	1.457	1.706	1.499	1.128	7,9	4,0	-6,3	-9,0
Borracha, Fumo, Couros	481	762	1.367	1.346	1.150	8,0	15,7	-0,8	-5,1
Indústria Química	1.734	2.477	7.175	7.059	4.768	6,1	30,5	-0,8	-12,3
Indústria Têxtil	5.529	6.752	6.984	7.365	5.345	3,4	0,8	2,7	-10,1
Indústria de Calçados	990	3.364	5.887	4.481	3.878	22,6	15,0	-12,8	-4,7
Alimentos e Bebidas	9.611	10.452	11.332	11.970	13.535	1,4	2,0	2,8	4,2
Total- Indústria de Transformação	25.155	34.265	46.653	48.306	42.099	5,3	8,0	1,8	-4,5

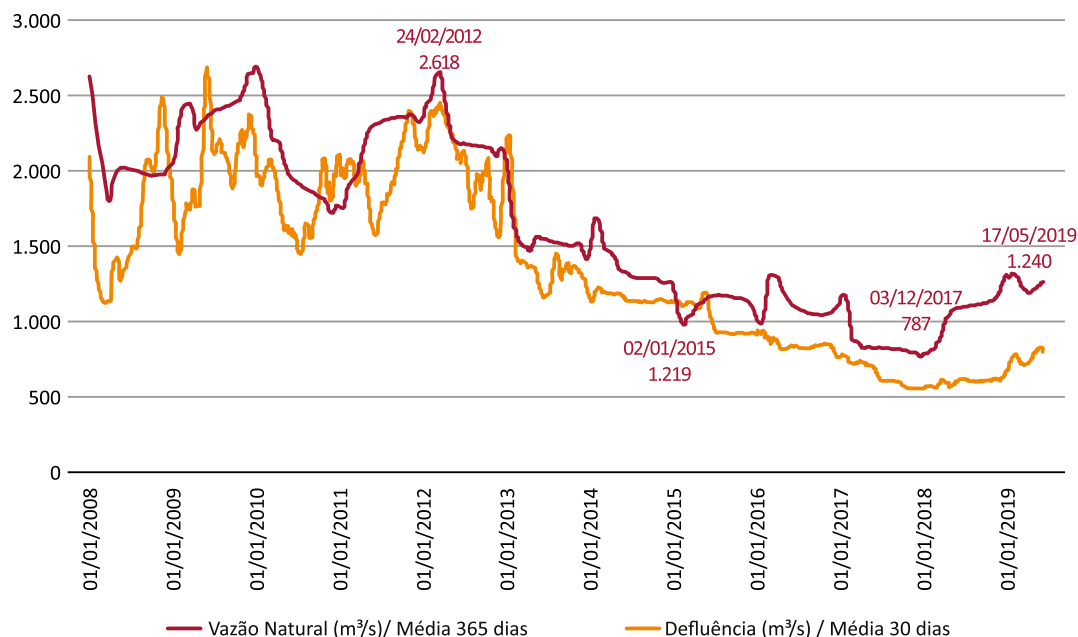
Fonte: Relação Anual de Informações Sociais (2016-)

Serviços Industriais de Utilidade Pública e Construção civil

Em vista do seu peso da geração de energia elétrica no PIB sergipano, vale a pena examinar como o comportamento dos SIUP afetou o crescimento estadual. Como apontado anteriormente, esses serviços respondiam por 12,1% do VAB sergipano de 2002 e, por conta da redução da vazão do Rio São Francisco, tal participação caiu para 5,2%, em 2016. A queda abrupta na geração de energia elétrica explicou parcialmente porque a desaceleração no crescimento do PIB sergipano se antecipou em três anos em relação à maioria dos demais Estados da Região. A simples retração da participação dos SIUP de 7,7% para 3,3% no VAB equivale, grosso modo, à queda de 4,4% do PIB sergipano, apenas associado a esse efeito, impulso para baixo que não teria como ser compensados pela aceleração das demais atividades.

A figura 13 apresenta as evoluções da vazão natural do reservatório da Usina Hidrelétrica (UHE) de Xingó, na média de 365 dias, e a defluência no referido reservatório na média de 30 dias, indicando a retração acentuada e quase contínua do fluxo de água entre 2012 e 2017, com recuperação parcial e relativamente modesta desde então. Enquanto a vazão (na média de 365 dias) se situou acima de 2,5 mil m³/s no início de 2012, três anos depois se posicionava em torno 1,0 mil m³/s. Ao final de 2017, essa média era inferior a 800 m³/s. Com a elevação da precipitação a montante do reservatório, a vazão média na média de 365 superou 1,2 mil m³/s, em maio de 2019.

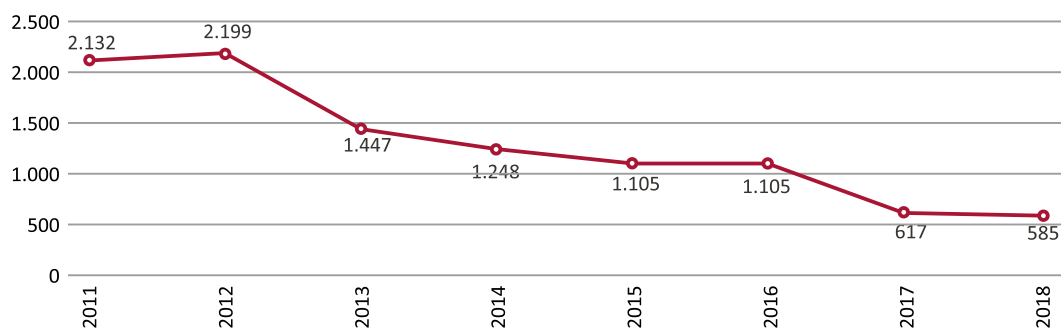
Figura 13 – Vazão natural e defluência do reservatório da UHE de Xingó entre janeiro 2008 e maio de 2019 (m³/s)



Fonte: Agência Nacional de Águas (2002-2019)

A figura 14 apresenta os efeitos da queda da vazão sobre a geração de energia na UHE de Xingó, de 2.199 MV médio/ano, em 2012, para somente 585 MV médio/ano, em 2018, retração de 73% no período. Em termos estatísticos, a retomada da geração de Xingó ao patamar de 2012 propiciaria, por si própria, um incremento de cerca de 2,5% no PIB sergipano.

Figura 14 – Capacidade utilizada da UHE de Xingó entre 2011 e 2018 (MW médio/ano)



Fonte: CHESF (c2016)

É importante destacar que a atividade de construção civil, como é usual, iniciou sua expansão com certa defasagem de tempo em relação aos demais setores da economia. Somente quando o ciclo de crescimento do PIB brasileiro já se encontrava no seu terceiro ano, com o mercado de trabalho aquecido e o acesso do crédito em plena aceleração, a expansão do mercado imobiliário se firmou. As contas nacionais trimestrais, do IBGE, na série dessazonalizada, assinalam o último trimestre de 2006 como o momento da aceleração do crescimento do setor.

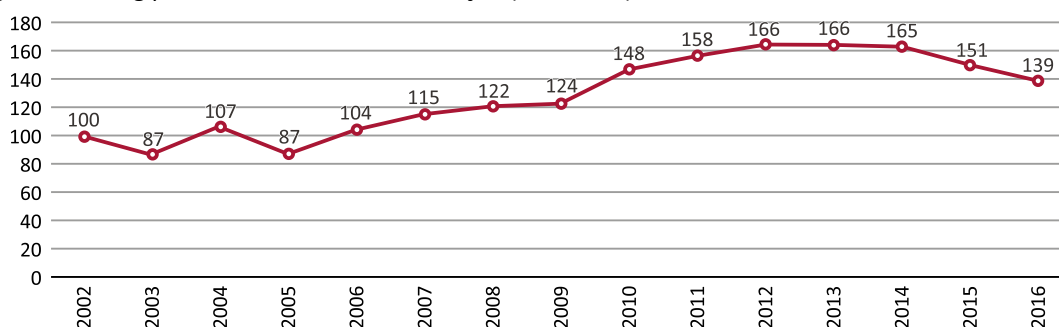
As contas regionais (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2016), os dados de emprego formal (RELAÇÃO ANUAL DE INFORMAÇÕES SOCIAIS, 2016-2017), e de produção e consumo de cimento (RELATÓRIO ANUAL, 2002-2013) confirmam o ano de 2006 como sendo, também, o de início da expansão das atividades do setor da construção civil em Sergipe.

A evolução do volume de Valor Adicionado Bruto da atividade indica crescimento acelerado do setor da construção civil em Sergipe entre 2006 e 2008, desaceleração, em 2009, por conta do impacto da

crise financeira internacional, e o boom da atividade entre 2010 e 2012 (ver Figura 15). Com o estouro da bolha imobiliária e com o início do período de restrições mais rígidas do tesouro estadual para realizar investimentos em infraestrutura, a construção civil parou de crescer, entre 2012 e 2014, e, nos anos seguintes, entrou em descenso acelerado.

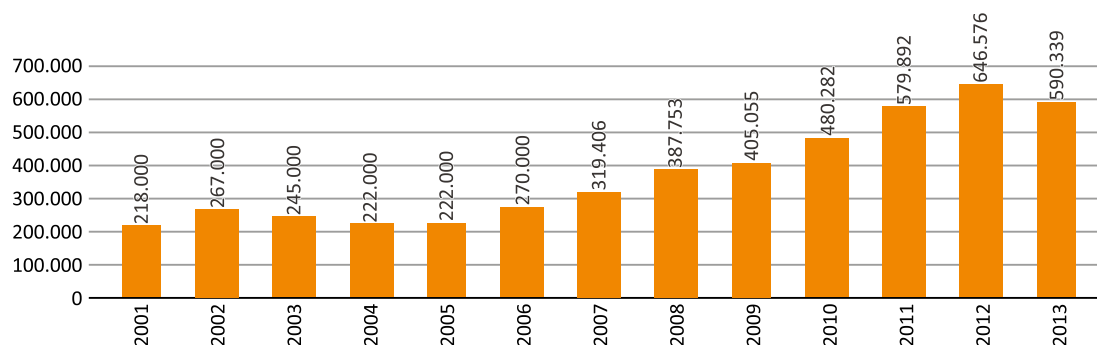
O consumo de cimento tem correlação direta com a evolução da atividade e Sergipe é detentor de importantes jazidas de calcário. Na média dos anos 2001-2013, a fabricação de cimento em Sergipe foi 6,5 vezes maior do que o seu consumo (Figuras 16 e 17). Tal relação fez com que a economia estadual tenha sido muito impulsionada quando o consumo nacional de cimento apresentou crescimento acelerado, entre 2006 e 2013, mas, por outro lado, com a sua queda, a partir de 2015, a crise do setor puxou para baixo o crescimento da economia estadual. O consumo de cimento no País, segundo o Relatório Anual (2002-2013), recuou 25,4% entre 2014 e 2017. Em Sergipe, o consumo de cimento já registrava retração em 2013, o último ano com dados disponíveis.

Figura 15 – Sergipe: Índice do VAB da Construção (2002=100)



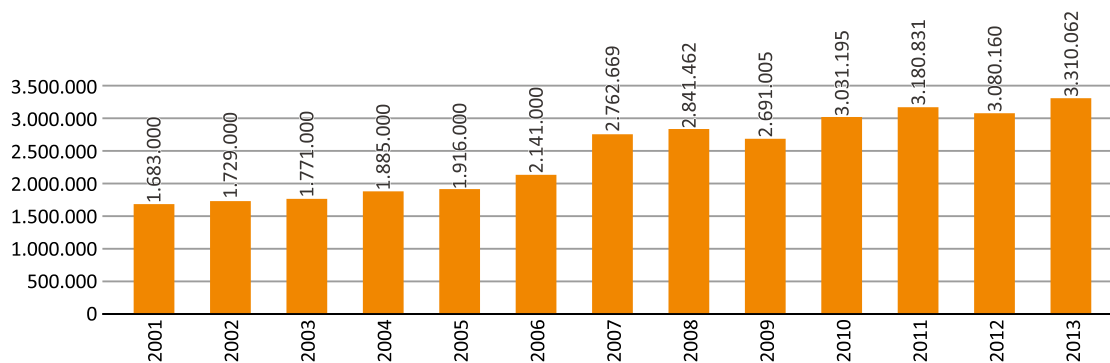
Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2016)

Figura 16 – Sergipe: Consumo de cimento entre 2001 e 2013 (Toneladas)



Fonte: Relatório Anual (2002-2013)

Figura 17 – Sergipe: Produção de cimento entre 2001 e 2013 (Toneladas)



Fonte: Relatório Anual (2002-2013)

3.1.3 Setor de serviços

Como visto na Tabela 3, as atividades de serviço elevaram de 61,4%, em 2002, para 75%, em 2016, a participação no Valor Adicionado Bruto da economia sergipana, um ganho de participação de 13,6 pontos percentuais. Nesse período, as atividades industriais perderam 12 pontos percentuais de participação. É fato que dos 13,6 p.p. de incremento das atividades de serviços no VAB estadual, 4,25 p.p. decorrem da parcela redistribuída, de acordo com o peso das várias atividades no VAB de 2002, da perda de peso dos Serviços Industriais de Utilidade Pública, associados à queda da geração de energia pela UHE de Xingó. Isolando-se esse fator, ainda restam 9,1 pontos percentuais de incremento da participação das atividades de serviços no VAB estadual.

Até 2014, enquanto a economia sergipana ainda se encontrava em expansão, os recuos dos SIUP e da construção civil explicaram a quase totalidade do ganho de participação das atividades de serviço. Cabe registrar, todavia, que depois de 2008 a indústria de transformação viu sua participação ser rebaixada para o patamar de 6%, quando havia se mantido acima de 8% em todo o período anterior à crise internacional.

Depois de 2014, foi a retração nas atividades de exploração de recursos minerais, em grande parte associada à queda da exploração de petróleo e gás, o principal fator de perda do peso do setor industrial e, conseqüentemente, da elevação da participação do setor de serviços na economia sergipana.

Na comparação entre os anos extremos da série das contas regionais, 2002 e 2016, as atividades comerciais foram as que mais ganharam participação no VAB sergipano, saltando de 6,8%, no primeiro ano, para 13%, no último, indicando como a expansão de consumo foi importante para a economia sergipana. Também apresentaram ganhos expressivos de participação, nessa comparação, as atividades de administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social; as atividades profissionais e administrativas; e os serviços de alojamento e serviços. Como, contrariamente ao senso comum, a administração pública vem perdendo peso no emprego formal, o incremento de participação do segmento no valor adicionado pode estar associado aos ganhos salariais no período.

4 Conclusões e Perspectivas

Durante o ciclo expansivo da economia brasileira (2004-2014), Sergipe apresentou crescimento acelerado do emprego e da renda, deixando para trás o período de baixo dinamismo que marcou a maior parte da década de 1990. Diante da natureza do ciclo, marcado pelas políticas públicas de inclusão social, a expansão da renda caminhou à frente das transformações nas estruturas produtivas, o que não significa que elas não tenham sido amplas. Pelo contrário, o ciclo de expansão nesse período foi o mais abrangente e dinâmico desde que nas décadas de setenta e oitenta a economia estadual sofreu radical transformação com a implantação de grandes unidades produtivas na cadeia de petróleo e gás e de fertilizantes.

É necessário distinguir, todavia, o período anterior de transformações da base produtiva estadual, liderado pelos investimentos estatais, com o ciclo expansivo mais recente, em que o crescimento da renda e do poder de compra interno, ao lado da ampliação dos investimentos públicos em infraestrutura social (educação, recursos hídricos e saneamento, entre outros), impulsionou, em um segundo momento, os investimentos privados atraídos pelo crescimento acelerado do poder de compra regional e local.

Como visto, a economia agrícola sergipana apresentou dinamismo considerável nas duas primeiras décadas do século XXI, ainda que alguns setores tenham ficado para trás; enquanto os cenários externos e internos permaneceram favoráveis, a exploração da base de recursos minerais apresentou notável crescimento; e, as atividades tipicamente urbanas, em parte orientadas pelo crescimento da renda e pelo acesso ao crédito, como a indústria de transformação, a construção e civil e a prestação de serviços, se diversificaram e apresentaram intenso dinamismo.

A recessão da economia no âmbito nacional, iniciada em 2015, atingiu com muita intensidade a economia sergipana, provocando impactos mais acentuados do que na maioria das Unidades da Federação, em diversas dimensões: no mercado de trabalho, no poder de compra interno, nos investimento em estrutura produtiva e nas finanças públicas. A economia sergipana, como as de outras Unidades da Federação muito dependentes dos fluxos de renda e produção gerados pela exploração petrolífera,

registrou, desde então, reveses acentuados, alguns de caráter conjuntural e outros mais profundos, que vão exigir reposicionamentos em sua estratégia de desenvolvimento.

Em linhas gerais, as principais causas desses impactos diferenciados sobre a economia estadual podem ser associadas a alguns fatores fundamentais: 1) Fim do ciclo longo de valorização de commodities e a crise empresarial da Petrobras, levando à forte retração da produção de algumas das principais riquezas estaduais. Entre outros impactos, o fim do período favorável nas cotações das commodities minerais e energéticas e o reposicionamento da Petrobras implicaram: a) Queda abrupta na produção de petróleo nos campos maduros de Sergipe; b) Adiamento, de 2018 para 2023, do início da exploração do petróleo de águas profundas e ultraprofundas, enquanto os campos maduros não recebiam os investimentos necessários para manter os níveis de produção; e c) Postergação dos investimentos para a exploração de sais de potássio provenientes da carnalita; 2) Os efeitos do longo período de estiagem sobre algumas das principais culturas agrícolas do Estado e na geração de energia elétrica da UHE de Xingó; 3) Retração do setor imobiliário e seus desdobramentos na fabricação de cimentos; e, 4) Queda na produção no setor têxtil estadual, com o encerramento da atividade de algumas importantes fábricas. Não menos significativos foram os efeitos da recessão econômica sobre as principais fontes de receitas das administrações públicas, estadual e municipais,

As perspectivas de saída da crise para Sergipe estão associadas a alguns fatores de curto e médio prazos, de caráter mais conjuntural, e outros de longo prazo, de sentido mais estrutural.

Curto e médio prazo

Começando pelos fatores de curto e médio prazos, algumas atividades que sofreram retrações muito acentuadas da demanda, que provocaram o encerramento de unidades produtivas ou redução de grande proporção de seus tamanhos, como a produção de minerais não metálicos e de madeira e móveis, integrantes da cadeia de produção da construção civil, deverão se recuperar na medida em que um novo ciclo de expansão se firme na economia nacional. Desde que a capacidade produtiva não tenha sido desmobilizada e a situação de endividamento empresarial encontre um caminho para equacionamento, tais atividades deverão acompanhar um novo ciclo de expansão, mesmo que seja com estruturas empresariais reconfiguradas.

No caso das atividades agrícolas do Semiárido, o fim do atual período de estiagem repercutirá imediatamente na produção. Como visto, a resposta nas culturas temporárias do Semiárido, especialmente do milho, é muito intensa. A situação da cana-de-açúcar é mais complexa, diante do endividamento dos principais grupos empresariais atuantes no setor. Também a geração de energia da UHE de Xingó deverá ter retomada imediata à medida que a vazão do São Francisco retorne à média histórica. Essas flutuações do nível de atividades associadas à prolongada recessão nacional ou ao regime de chuvas explicam, todavia, somente uma fração da crise estadual.

Reposicionamento estratégico

A outra parcela, mais importante do que a primeira, em uma perspectiva de longo prazo, diz respeito ao reposicionamento estratégico da economia sergipana frente às transformações da economia nacional, em particular, as mudanças em curso no mercado de energia e na exploração de petróleo. É necessário levar em consideração, também, o contexto mais amplo do cenário mundial, de revolução tecnológica e de novo equilíbrio geopolítico mundial.

Nesse sentido, o planejamento estratégico do Governo Estadual, em construção, tem destacado como principal eixo estruturante a consolidação do Complexo Industrial-Portuário de Sergipe, a partir da instalação da Usina Termoeletrica Porto de Sergipe e da Unidade de Regaseificação de Gás Natural e da entrada em operação das novas descobertas de grandes reservas de petróleo e gás natural em águas profundas. O Governo do Estado tem argumentado que os desdobramentos desses investimentos poderão desempenhar na economia sergipana papel semelhante ao que a Petrobras teve nos últimos cinquenta anos, constituindo-se não apenas uma das principais fontes de demanda autônoma, como também o principal vetor de transformações na estrutura produtiva estadual.

A Usina Termoelétrica (UTE) Porto de Sergipe, que deverá entrar em operação em janeiro de 2020, terá a capacidade de gerar 1.500 MGW e é, no momento, a maior usina termoelétrica projetada para a América Latina. Para avaliar a dimensão do empreendimento, é suficiente assinalar que a UTE Porto de Sergipe equivale à metade da Usina Hidrelétrica de Xingó, situada na divisa entre Sergipe e Alagoas, que tem o potencial de geração de 3.162 MGW, mas que vem operando com apenas 20% dessa capacidade.

No planejamento do grupo proprietário do empreendimento, a UTE Porto de Sergipe deverá integrar o Complexo de Geração de Energia Governador Marcelo Deda, com a instalação de duas outras unidades.

A implantação de empreendimento refletiu uma mudança radical na institucionalidade que marcará daqui por diante os grandes projetos de infraestrutura energética a serem implantados no País. A UTE Porto de Sergipe resultou de arranjo institucional complexo, estruturado entre empresas nacionais, empresas transnacionais provedoras de tecnologia e de suprimentos e fundos de investimentos estrangeiros.

A gestação do projeto teve início quando o consórcio empresarial alcançou sucesso no Leilão A-5 de Energia de abril de 2015. A estruturação do projeto contou com a participação da Golar LNG Limited, empresa de origem inglesa, sócia do empreendimento e fornecedora do navio de regaseificação, e do grupo pernambucano de energia EBrasil, entre outros parceiros. Integra o empreendimento uma unidade flutuante de regaseificação no Terminal Marítimo Inácio Barbosa, que recebe o gás natural importado em Estado líquido e o devolve ao Estado gasoso.

A expectativa do governo e dos investidores é que a disponibilidade de ampla oferta de gás natural, em um mercado de gás que deverá enfrentar profundas mudanças a partir da implantação de novo marco regulatório prometido pelo Governo Federal, deverá atrair investimentos industriais para o seu entorno.

As descobertas de petróleo em águas profundas seria o outro vetor de desenvolvimento com potencial estruturador da economia sergipana para as próximas décadas. A exploração das grandes reservas de gás natural pela Petrobras e por gigantes petrolíferas como a Exxon e a IBV Brasil, uma joint venture constituída pela indiana Bharat Petroleum (BPCL) e a Videocon Industries, deverá não apenas repor os níveis de produção de petróleo e gás natural ao pico de produção de 2008, como poderá multiplicá-la em cinco ou seis vezes, segundo informações divulgadas informalmente pela Petrobras e pela Agência Nacional de Petróleo (ANP).

Para escoamento da produção dos novos campos, que deverão entrar em operação em 2023, a Petrobras anunciou a intenção de implantar gasoduto com a extensão de 128 quilômetros e instalar uma nova Unidade de Produção de Gás Natural (UPGN).

Esses novos investimentos poderão ter desdobramentos importantes na economia sergipana, que serão mais amplos ou mais restritos, a depender do aproveitamento das oportunidades que surgirão. A consolidação desses empreendimentos, agregados em torno da formação do Complexo Industrial-Portuário, poderá abrir nova fronteira de crescimento para a economia estadual, que se ressentiu intensamente do recuo dos investimentos da Petrobras nos últimos anos.

O planejamento estratégico do Estado para o período 2019-2022 estabeleceu como o principal macro desafio promover um novo ciclo virtuoso de desenvolvimento econômico e inclusão social em Sergipe, com a adoção de medidas capazes de recolocar a economia do Estado em uma curva ascendente de produção e emprego. O Complexo Industrial-Portuário de Sergipe, por tudo que pode representar para a cadeia produtiva de energia e petróleo- gás, é apontado como a principal aposta com fator portador do futuro.

Referências

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCMBUSTÍVEIS. **Produção nacional de Petróleo e LGN**: metros cúbicos. Brasília: AGN, 31 ag. 2016. (Planilha em excel) Disponível em: <http://www.anp.gov.br/dados-estatisticos/reservas-nacionais-de-petroleo-e-gas-natural/63-dados-estatisticos/791-producao-de-petroleo-e-lgn>. Acesso em: 2 maio 2019.

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS. Dados de operação dos reservatórios SIN. Brasília: SAR, 2002-2019. Sistema de acompanhamento de reservatórios. Período 1 jan. 2002 a 5 jun. 2019. Disponível em: <https://www.ana.gov.br/sar0/MedicaoSin>. Acesso em 2 maio 2019.

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS. **Produção nacional de gás natural**: metros cúbicos. Disponível em: <http://www.anp.gov.br/dados-estatisticos/reservas-nacionais-de-petroleo-e-gas-natural/63-dados-estatisticos/792-producao-de-gas-natural>. Acesso em: 2 maio 2019.

ARAÚJO, T. Nordeste, nordeste: que Nordeste? *In*: AFFONSO, R. & SILVA, P (org.). **Desigualdades regionais e desenvolvimento**. São Paulo: FUNDAP/UNESP, 1995.

ARAÚJO, T. Nordeste: desenvolvimento recente e perspectivas. *In*: GUIMARÃES, P. *et al.* **Um olhar territorial para o desenvolvimento**: Nordeste. Rio de Janeiro: BNDES, 2014.

BARRETO, D. **A Construção do Desenvolvimento de Sergipe e o Papel do Condese** :1964-1982. Ed. Diário Oficial, 2013.

CERQUEIRA, L. **O sistema PETROBRÁS em Sergipe**. Monografia (Graduação em Economia) Universidade Federal de Sergipe, Aracaju, 1991.

CHESF. **Demonstrações Financeiras**: 2013-2018. Recife: CHESF, c2016. Disponível em: <https://www.chesf.gov.br/relainvest/Pages/DemonstracoesFinanceiras/DemonstracoesFinanceiras.aspx>. Acesso em: 2 maio 2019.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO. **Cana-de-açúcar**: indústria. CONAB, 26 abr. 2019. (Série histórica das safras). Disponível em: <https://www.conab.gov.br/info-agro/safras/cana/perfil-do-setor-sucroalcooleiro>. Acesso em: 2 maio 2019.

DONO da maior descoberta após o pré-sal, Sergipe deve ter o gás mais barato do País. **Sergipe notícias**. Sergipe: SN, 15 jun. 2019. Fonte: Agência Estado. Disponível em: <http://www.sergipenoticias.com/economia/2019/06/11379/dono-da-maior-descoberta-apos-o-pre-sal-sergipe-deve-ter-o-.html>. Acesso em: 15 jun. 2019.

FEITOSA, C. **As transformações recentes da economia sergipana**: 1970-2004. Dissertação (Mestrado em Economia) Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007. 228 f.

GUIMARÃES NETO, L. Desigualdades regionais e federalismo. *In*: AFFONSO, R. & SILVA, P (Orgs). **Desigualdades regionais e desenvolvimento**. São Paulo: FUNDAP/UNESP, 1995.

GUIMARÃES NETO, L. **Introdução à formação econômica do Nordeste**. Recife: FUNDAJ, 1989.

GUIMARÃES NETO, L. Mercado de trabalho no Nordeste- 2000-2010: avanços e desafios. *In*: GUIMARÃES, P. ET ALL. **Um olhar territorial para o desenvolvimento**: Nordeste. Rio de Janeiro: BNDES, 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Pecuária Municipal**. Rio de Janeiro: SIDRA, 2017. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/ppm/quadros/brasil/2017>. Acesso em: 2 maio 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Sistema de contas regionais**: SCR. Rio de Janeiro: IBGE, ed. 2016. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9054-contas-regionais-do-brasil.html?=&t=o-que-e>. Acesso em: 2 maio 2019.

LEVANTAMENTO SISTEMÁTICO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA. Rio de Janeiro: IBGE, abr. 2019. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e-pecuaria/9201-levantamento-sistematico-da-producao-agricola.html?edicao=24360&t=resultados>. Acesso em: 2 maio 2019.

MELO, M. **O legado desenvolvimentista do governo Augusto Franco**. Editora Criação, 2012.

MELO, R. Uma janela de oportunidade para o Nordeste. *In*: GUIMARÃES, P. ET ALL **Um olhar territorial para o desenvolvimento**: Nordeste. Rio de Janeiro: BNDES, 2014.

MELO, R. O ciclo desenvolvimentista em Sergipe:1970-2000. **Economia Política do Desenvolvimento**, v. 5, p. 10-68, 2012a.

MELO, R. **Economia Sergipana Contemporânea: 1970/2010**. Ed. UFS; Ed. Diário Oficial, 2012b.

NORTH, D. Agricultura no desenvolvimento econômico regional. *In*: Schwartzman, J (Org.). **Economia regional: textos escolhidos**. CEDEPLAR, Belo Horizonte, 1977.

PESQUISA AGRÍCOLA MUNICIPAL: PAM. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Anual. Período 2001-2017. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e-pecuaria/9117-producao-agricola-municipal-culturas-temporarias-e-permanentes.html?=&t=o-que-e>. Acesso em: 2 maio 2019.

PETRÓLEO WTI futuros: dados históricos. **Investing.com**, 10 jun. 2019. Informação *on line* diária. Disponível em: <https://br.investing.com/commodities/crude-oil-historical-data>. Acesso em: 10 jun 2019.

RELAÇÃO ANUAL DE INFORMAÇÕES SOCIAIS: RAIS. **Relatórios Anuais de Informações Sociais**. Brasília: Ministério do Trabalho, 2016-. Publicado *on line* em 19 maio 2016. Disponível em: <http://pdet.mte.gov.br/rais>. Acesso em: 5 maio 2019.

RELATÓRIO ANUAL: Sindicato Nacional da Indústria de Cimento. Rio de Janeiro: SNIC, 2002-2013. O SNIC deixou de publicar a produção e o consumo regionais de cimento em 2014. Disponível em: <http://snic.org.br/numeros-relatorio-anual.php>. Acesso em: 2 maio 2019.

SCHWARTZMAN, J. Teoria da base de exportação e o desenvolvimento regional. *In*: HADDAD, P. R. (org.). **Desequilíbrios regionais e descentralização industrial**. Rio de Janeiro: IPEA; IPLAN, 1975.

SISTEMA DE CONTAS NACIONAIS TRIMESTRAIS. Rio de Janeiro: IBGE, 1. Trimestre, 2019. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9300-contas-nacionais-trimestrais.html?edicao=18455&t=destaques>. Acesso em: 2 maio de 2019.